

O conceito de regime global de biodiversidade e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável.

Cristina Yumie Aoki Inoue (Universidade de Brasília)

O conceito de regime internacional de biodiversidade é conhecido pelos estudiosos dos temas ambientais globais. Geralmente o foco é nas relações interestatais e no processo em torno da implementação das convenções ambientais. Alguns estudos sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) ressaltam seu potencial e avanços como um acordo amplo entre países com interesses diversos (Alencar, 1995; Swanson, 1997; Prestre, 2001), mas não tratam os resultados concretos nacionais-locais. Por outro lado, a literatura da área de biologia da conservação e publicações de ONGs (IIED, *Conservation Biology*) fazem avaliações/análises de projetos implementados localmente, restringindo o foco da análise a iniciativas espalhadas pelo mundo. Contudo, poucos esforços têm sido feitos para integrar os níveis global e local.

A separação entre esses dois conjuntos de literaturas, uma com foco nos aspectos internacionais-globais, outra nos aspectos locais-regionais, dificulta uma visão integrada sobre a questão da biodiversidade. Assim, nas tentativas de análise, as dimensões global e local acabam se separando, enquanto na realidade as duas são interrelacionadas. A proteção global da biodiversidade depende de ações locais. Por outro lado, essas são, em parte, resultados de processos globais. Albagli (1998: p. 156) destaca que talvez seja na escala local em que sejam colocados os mais sérios desafios à implementação da CDB bem como na prática concreta dos atores estejam os caminhos a serem trilhados para se superarem ou se enfrentarem os conflitos que permeiam a questão da biodiversidade.

Pretendo apresentar aqui o conceito de “regime global de biodiversidade”. Embora não seja elaborado na literatura teórica de relações internacionais, a expressão tem sido usada em textos sobre política ambiental internacional (Porter e Brown, 1991; Albagli 1998). Elliot (1998) afirma que a questão da biodiversidade faz parte da agenda global, que emergiu a partir do final da década de 1980 e foi tratada na Conferência do Rio, em 1992, diferenciando-na de outras questões da agenda transfronteiriça, a qual foi tratada na Conferência de Estocolmo, em 1972. Utilizo o conceito de regime global de biodiversidade porque o conceito de regime internacional (Krasner 1982, Porter e Brown 1991, E.Haas 1993, Puchala e Hopkins 1993, Young 1993 e 2000), tal como tem sido utilizado na literatura, não abrangeria projetos/iniciativas **locais** que buscam conciliar a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, uma vez que seu foco se dirige para as relações interestatais (Krasner 1982), ou para ações governamentais de âmbito nacional (Porter e Brown 1991).

O meu objetivo é construir um referencial analítico que permita articular iniciativas locais de conservação e uso sustentável com processos globais. Essas ocorrem onde se encontra, de fato, a biodiversidade e têm um foco restrito a uma localidade e uma situação específicas, distinguindo-se assim de ações nacionais. Elas se realizam, na sua maioria, por meio de projetos, que envolvem cooperação internacional e inter institucional e a atuação de ONGs, indivíduos e outros atores, muitas vezes conectados por meio de redes transnacionais ou comunidades epistêmicas¹. Trata-se, assim, de uma abordagem global-local de proteção da biodiversidade.

O regime global articula os objetivos da CDB e a implementação local dos princípios relativos à proteção da biodiversidade, abrangendo diversos níveis de relações entre os atores, como as interestatais, transgovernamentais, transnacionais e as interinstitucionais (no nível doméstico). A CDB é seu referencial mais importante, por ter sido o acordo que representou a convergência global de atores e movimentos diferentes (Swanson 1997). A Convenção reflete uma perspectiva “socio-ambiental”, abrange temas diversos, reunindo preservação, conservação e desenvolvimento sustentável. Além disso, a própria noção de biodiversidade representa um avanço. Isso justifica que a CDB seja um dos pilares do regime global. Entretanto, esse regime começou a se configurar antes da mesma. Pode-se considerar seu marco inicial a publicação da Estratégia Mundial de Conservação, em 1980, que evidenciou um processo transnacional de mudança do pensamento conservacionista, o qual estava em curso e se consolidou na Convenção.

Alencar (1995: p. 134 e p.138) levanta dois aspectos da CDB que ajudam a construir a idéia de **regime global**: 1) como uma convenção-quadro, ela cria uma **moldura** para as políticas de proteção da **biodiversidade global**, estabelecendo princípios e objetivos gerais, sendo que as decisões devem ser tomadas no interior dos estados nacionais; por outro lado, trata-se de 2) um tema de evidente simbiose **global & local**. A autora se refere à Convenção como sendo “global em seus objetivos, mas local-nacional em seus meios”. Assim, cada estado deve desenvolver suas estratégias, a partir da moldura e dos instrumentos oferecidos pela CDB, reconhecendo-se a impossibilidade de um processo decisório centralizado e vertical quanto à proteção da biodiversidade. Por outro lado, vale lembrar que existem estratégias implementadas em diferentes países que se enquadram na moldura da Convenção, mas não partem dos Estados e acabam não sendo consideradas pelos analistas internacionais.

Neste trabalho, descrevo algumas dimensões do regime global de biodiversidade, apresento e discuto o seu conceito, concentrando-me nos elementos balizadores que dizem respeito aos objetivos de conservação e uso sustentável da diversidade biológica e apontando os atores, suas interações e dinâmicas resultantes e, por último, procuro aplicar o conceito ao Caso Mamirauá.

¹ Isso é evidenciado na experiência do Projeto Mamirauá e outros semelhantes.

1- Dimensões do regime global de biodiversidade

Um fator crucial da construção do regime foi a “mudança paradigmática”, que ocorreu no pensamento e prática conservacionista a partir dos anos 1980. Antes da Convenção sobre Diversidade Biológica começar a ser elaborada, já existiam sinais de que se estava em busca de formas para se incorporar as necessidades sociais às estratégias de conservação da natureza. O marco inicial foi a publicação da Estratégia Mundial de Conservação. Algumas abordagens refletindo essa mudança também foram desenvolvidas a partir desse período, por exemplo, aquela conhecida pela sigla ICDP para o inglês *Integrated Conservation and Development Projects* (Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento).

O regime global de biodiversidade abrange vários temas interrelacionados, considerando que a CDB representou a convergência de diversos grupos de movimentos que têm tratado de dimensões diferentes da biodiversidade, como áreas protegidas, recursos genéticos, biotecnologia, conhecimento tradicional, espécies domesticadas entre outros (Swanson 1997). Trata-se de um regime altamente politizado. Desde sua origem, uma dinâmica que o influencia tem sido a divisão Norte-Sul. De acordo com Albagli (1998: pp. 72-73), a emergência da questão da biodiversidade teve origem na convergência de interesses relativa à importância de sua conservação. Entretanto, a diversidade biológica é atualmente objeto de conflitos acirrados, em que a variável científico-tecnológica ganha cada vez mais um papel de destaque, revelando-se mais claramente a sua dimensão geopolítica. O que está em jogo é o controle sobre a biodiversidade, particularmente sobre a informação contida nos recursos biogenéticos. Os debates sobre a propriedade e o status legal dos recursos genéticos, e também dos conhecimentos tradicionais sobre a diversidade biológica e sobre a legislação de patentes nessa área, são expressões dessa disputa.

Pimbert (1997) argumenta que, enquanto o bem estar de todos claramente depende de como e para quem a biodiversidade é usada e conservada, a CDB e sua implementação permanecem como preocupações periféricas para a maioria das pessoas em todo o mundo. O autor destaca dois conjuntos de atores que têm influenciado as políticas nacionais e posições governamentais defendidas nas negociações internacionais da Convenção: a) a “Indústria da Vida” (*Life Industry*) com seu extraordinário poder econômico: inclui grandes corporações transnacionais que usam, compram, vendem e controlam uma porção crescente do mercado de produtos bio-industriais relacionados a alimentos, agricultura, saúde e energia. Por meio do uso de novas tecnologias genéticas, de uma vasta gama de materiais biológicos e de fusões e aquisições, as distinções entre setores industriais tradicionais foram ofuscadas e a indústria da vida está se consolidando rapidamente e integrando áreas como processamento de alimentos, produção de semente, melhoramento genético vegetal, agroquímicos, farmacêuticos e remédios veterinários; b) organizações não-governamentais (ONGs) e populares (*peoples organizations*): esse segundo

conjunto compreende uma variedade de grupos grandes e pequenos representando povos indígenas organizados, fazendeiros, bem como ONGs lidando com questões de direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente, tanto de países desenvolvidos como em desenvolvimento. Embora disponham de recursos financeiros e técnicos limitados, esses atores sociais estão aprendendo a reforçar a sua efetividade em negociações nacionais e internacionais ao incentivar a cooperação e comunicação entre eles mesmos.

Algumas das dimensões do regime global de biodiversidade foram descritas brevemente. Os conflitos em relação ao controle sobre os recursos biológicos estão na ordem do dia, bem como questões relativas à manutenção de espécies domesticadas, biotecnologia, biossegurança entre outras. No entanto, caso não se reverta a tendência de perda da diversidade, esses aspectos do regime perdem o sentido, sendo que as conseqüências para a espécie humana serão graves. Desse modo, a implementação de estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade constitui o cerne do regime. São objetivos globais, mas, conforme Alencar (1995), os meios são nacionais-locais, considerando que a grande parte das ações devem se realizar onde se localiza de fato a biodiversidade. Tratam-se de locais ao redor do mundo ricos em diversidade biológica, em diferentes situações envolvendo populações humanas e ecossistemas diversos.

2- Conceito de regime global de biodiversidade

O regime global de biodiversidade consiste no conjunto de elementos balizadores normativos e cognitivos, ao redor dos quais interagem os atores, produzindo, do global ao local, decisões, ações e dinâmicas de trocas de recursos e de conhecimento sintonizadas com a Convenção sobre Diversidade Biológica.

O conceito de regime global de biodiversidade somente faz sentido no atual contexto da globalização caracterizado pela interconectividade global (Held et alii, 1999) e pelo surgimento de novos atores políticos, entre os quais se podem destacar indivíduos e ONGs que têm relevância particular nas questões relativas à biodiversidade. Esse difere do conceito de regime internacional ao incorporar os elementos cognitivos que pautam as decisões e ações relativas à biodiversidade, ao enfatizar a existência de múltiplos atores e interações, além das interestatais, e ao reconhecer o nível local como relevante na implementação do regime.

Uma característica fundamental é o papel das redes transnacionais, comunidades epistêmicas e ONGs internacionais, que penetram o processo político e influenciam decisores, ou apóiam/promovem a realização de projetos locais de conservação da biodiversidade. Essas promovem a conexão entre o global e o local.

Os “elementos balizadores” são os parâmetros normativos e cognitivos que dizem respeito à biodiversidade. Os primeiros abrangem princípios, normas, regras e procedimentos decisórios,

formais e informais, relativos à biodiversidade², entre os quais se podem incluir a CDB e os outros acordos conservacionistas globais³. Por outro lado, os segundos compreendem teorias, metodologias, conceitos e abordagens que se desenvolvem a partir de pesquisas e do avanço do conhecimento sobre a diversidade biológica e sobre as relações entre sistemas sociais e naturais. Os aspectos cognitivos são fundamentais, considerando o contexto contemporâneo da sociedade do conhecimento e a cultura racionalista-científica prevalecente (Meyer et alii, 1997). Assim, os elementos balizadores têm a ver com as idéias sobre biodiversidade. Essas podem ser entendidas como crenças que os indivíduos possuem e que se expressam como visões de mundo, princípios morais gerais, ou aplicação específica do conhecimento científico (Goldstein e Keohane, 1993: pp. 3-4). Trata-se de entendimentos comuns sobre biodiversidade e seu valor e sobre as relações entre conservação e desenvolvimento, baseados em princípios morais, visões de mundo, ou em conhecimento científico. Alguns desses entendimentos eram pré-existentes à CDB e prevaleciam no âmbito das redes transnacionais, o que ajuda a entender porque certas ações anteriores ou contemporâneas à Convenção são sintonizadas com a mesma.

A identificação do conjunto de elementos balizadores do regime global de biodiversidade é fundamental, sendo a tarefa mais difícil do analista, pois a cada dimensão do regime corresponde um conjunto de idéias compartilhadas pelos atores chave no processo político. Vale ressaltar que se trata de um conjunto em mutação, sendo necessário estarmos atentos à dinâmica e direção dos debates em torno das idéias sobre biodiversidade.

Elementos normativos e cognitivos balizam a atuação dos atores que, além de Estados nacionais, podem ser indivíduos, grupos, ONGs, Organizações Internacionais intergovernamentais - OIs ou empresas. Em suas interações, esses atores produzem decisões e ações em vários níveis: internacional, transnacional, transgovernamental, nacional, regional e local e podem constituir redes transnacionais e comunidades epistêmicas. Desse processo, surgem dinâmicas de trocas de recursos técnicos e financeiros e de conhecimento. Essas decisões, ações e dinâmicas são sintonizadas com o espírito da CDB.

No âmbito do regime global de biodiversidade, podem resultar, por exemplo, projetos e experiências locais que visam conciliar a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Esse conceito permite “capturar” essas ações de implementação do regime no nível local, ao redor do mundo, por parte de atores governamentais e não governamentais, que seriam deixadas de lado caso fosse utilizado o conceito de regime internacional. Ademais, o mesmo abrange também relações entre os atores nos níveis transgovernamental e transnacional⁴, bem como

² Os mesmos elementos da definição de regime internacional.

³ CITES, Convenção de Ramsar, Convenção de Bonn sobre espécies migratórias e Convenção sobre Patrimônio Cultural e Natural.

⁴ Cf Keohane e Nye (1989) para a definição de relações transnacionais e transgovernamentais.

no interior das fronteiras nacionais, sendo útil para se visualizar os efeitos das comunidades epistêmicas para além da formação dos regimes internacionais.

3- Fechando o foco: Conservação e uso sustentável da biodiversidade e o regime global

3.1- Elementos balizadores: a moldura do regime global.

Em relação à conservação e uso sustentável da biodiversidade, os “elementos balizadores” abrangem os princípios e objetivos da CDB e de outros tratados internacionais conservacionistas; além desses, fazem parte normas informais, valores, visões e o conhecimento científico aplicado na forma de conceitos e metodologias, que pautam as decisões e ações dos atores. Mais especificamente, os elementos balizadores fornecem alguns parâmetros e perímetros para a atuação dos atores quanto à conservação e uso sustentável. Esses influenciam e moldam decisões e ações sendo parte da “moldura” do regime global de biodiversidade.

A CDB, as dinâmicas políticas e sociais em torno da sua elaboração e o próprio conceito de biodiversidade, resultando na incorporação de outros movimentos, reforçaram o caráter sócio-ambiental da conservação, tornando-na um dos objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Contudo, não se podem ignorar mudanças precedentes no pensamento conservacionista, que vinham influenciando as políticas e práticas relativas a áreas protegidas e conservação em geral a partir dos anos 1980. Um ponto a ser destacado foi a publicação da Estratégia Mundial de Conservação (*World Conservation Strategy*)⁵, em 1980, que foi o sinal claro da mudança de perspectiva, que estava se configurando.

Segundo Keck e Sikkink (1998: p.125), grande parte dos conservacionistas, na década pós Estocolmo'72, dedicou-se a desenvolver uma resposta ao debate meio ambiente vs. desenvolvimento⁶. A Estratégia enfatizou, assim, que não se deve tratar conservação e desenvolvimento separadamente. “*Conservation and development have so seldom been combined that they often appear _ and are represented sometimes as being _ incompatible. Conservationists themselves have helped _ quite unwittingly _ to foster this misconception (...)*” (Introduction, item 9).⁷ Desse modo, a IUCN, organizações multilaterais e ONGs ambientalistas foram tomando consciência da inadequação de políticas preservacionistas, sendo que aos poucos foi se formando

⁵ A Estratégia (IUCN, UNEP, WWF 1980) considerava que entre os principais obstáculos a serem enfrentados estava o tratamento setorializado das questões de conservação, que prevalecia, ao invés de um processo transversal, perpassando todos os outros setores. Como consequência, havia a falha em integrar conservação com desenvolvimento.

⁶ Assim, em março de 1980, IUCN, WWF, FAO e UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) lançaram a “*World Conservation Strategy*” (Estratégia Mundial de Conservação), numa cerimônia realizada de forma simultânea em trinta países.

⁷ Reconhecendo que “*the separation of conservation from development ... [is] the root of current living problems*” (citação in Keck e Sikkink: 1998: p.125), na cerimônia de lançamento da Estratégia, Robert Allan, da IUCN, rechaça a suposição de que pessoas estão destruindo o meio ambiente por ignorância, quando de fato isso acontece porque não têm outra escolha (p.126).

um (quase) consenso de que a conservação tinha que ser buscada como uma parte integrante do desenvolvimento. A partir dos anos 1980 surgiram, então, novos conceitos buscando integrar conservação e desenvolvimento. O próprio sistema de categorias de áreas protegidas da IUCN refletiu isso, com a inclusão da categoria VI cujo objetivo central é o manejo de recursos/uso sustentável.

No contexto de “mudança paradigmática”, surgiram as idéias de conservação baseada na comunidade (*Community-Based Conservation* - CBC), manejo comunitário de vida silvestre (*Community-based Wildlife Management* - CWM) e de projetos integrados de conservação e desenvolvimento (*Integrated Conservation and Development Project* - ICDP). Tratam-se de conceitos e abordagens que têm influenciado principalmente as práticas locais, visando incorporar as necessidades das populações humanas aos objetivos de conservação, ou vice-versa. O programa da UNESCO “*Man and the Biosphere*”, que incentiva a criação de reservas da biosfera é pioneiro nesse sentido. Essas iniciativas levantam a questão da inclusão das populações no estabelecimento de áreas protegidas, que continua gerando controvérsias. Em princípio, há uma corrente grande de conservacionistas, que tem se empenhado em experiências de conservação com as comunidades e, hoje em dia, muitos ambientalistas rejeitam a idéia de simplesmente cercar para proteger. No entanto, ainda existe globalmente uma disputa ideológica entre “tradicionalistas” e “populistas”⁸, sendo que essa divisão se repete no nível doméstico⁹ (Blaikie e Jeannrenaud 1996: p. 58).

Redford *et alii* (2003: p. 117) argumentam que os esforços em conservação da biodiversidade podem ser enquadrados em duas categorias principais, aqueles baseados nos valores intrínsecos da natureza e aqueles baseados nos seus valores utilitários. De acordo com os autores (Redford *et alii*, 2003: p. 117), tem havido esforços de colaboração entre esses grupos conservacionistas, principalmente relativos às Convenções internacionais. Embora esses ainda sejam limitados no presente, podem, todavia, ser considerados um sinal de que esforços colaborativos são possíveis.

Interessante notar o caráter conciliatório do argumento de Freese (1997: p.2) que destaca que o debate entre os que defendem a abordagem “*use it or lose it*” e os que argumentam pela criação de mais áreas de proteção integral pode injustamente sugerir um conjunto de visões altamente polarizados na comunidade de conservação. De acordo com o autor, a maioria dos conservacionistas provavelmente defenderia que a melhor estratégia é uma **mistura das duas**

⁸ Por exemplo, os autores mencionam que o WWF é dividido por duas escolas de pensamento: os tradicionalistas, que acreditam que a conservação compreende somente animais, plantas e áreas protegidas; e um grupo que se alinha a filosofias mais holísticas orientadas para pessoas. Por outro lado, Blaikie e Jeannrenaud (1996: p. 59) afirmam que institucionalmente o WWF está comprometido com conservação baseada na comunidade (CBC) Embora alguns “tradicionalistas” permaneçam, poucos conservacionistas internacionais “ousariam” dar voz à *fortress mentality* de algumas décadas atrás.

⁹ Entre os respondentes dos questionários que enviei, pude perceber essa divisão, principalmente no que concerne a questão da possibilidade de compatibilizar uso e conservação da biodiversidade.

abordagens¹⁰, com uma ou outra sendo favorecida dependendo das circunstâncias. Deixando as controvérsias de lado, Freese argumenta que a realidade é que muitas pessoas no mundo dependem de espécies silvestres para uma gama de produtos, seja para comida, fibras, ou remédios. Assim, em muitos casos, a questão não é se devem-se usá-las, mas sim como mudar de um sistema de uso que é claramente insustentável para outro que seja melhor.

Embora o pilar do regime global de biodiversidade seja a Convenção, outros tratados internacionais também fazem parte da sua moldura, tais como a CITES (*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*), a Convenção de Bonn sobre espécies migratórias, entre outros. Importantes são também os conceitos, metodologias e sistematizações (ex: Sistema Mundial de Áreas Protegidas, as Listas Vermelhas da IUCN, conceitos de *hotspots*, *ecoregions*, ICDP), desenvolvidos ao longo da história do conservacionismo, principalmente por parte da IUCN e das ONGs internacionais.

Miller (1997: p. 10) chama a atenção para programas e instrumentos internacionais, que se concentram em áreas protegidas e se valem do conceito de "valor internacional" de certos espaços espalhados pelo mundo: **Convenção de Rãmsar**, pela qual os Estados participantes designam áreas dos seus respectivos territórios e as inscrevem numa **Lista de Áreas Úmidas de Importância Internacional**, comprometendo-se com sua proteção a longo prazo; a **Convenção Mundial sobre o Patrimônio Cultural e Natural** (Convenção sobre Patrimônio Mundial), por meio do qual os seus signatários designam locais que são inscritos numa **Lista Mundial**, que serve como uma manifestação do compromisso do estado de proteger tais lugares; o **Programa Homem e Biosfera**, da UNESCO, iniciado em 1972 como um programa de cooperação internacional para apoiar a pesquisa científica e o monitoramento da natureza e dos fenômenos antropomórficos, visa melhorar e adaptar a utilização humana do meio ambiente, dele faz parte a "**Rede de Reservas de Biosfera**", que tem promovido a designação pelos governos de unidades de conservação e terras circundantes como "Reservas de Biosfera", com a finalidade de concentração de pesquisas, intercâmbio de dados e fomento à cooperação científica internacional. Após 1995¹¹, seu foco e alcance foram ampliados visando explicitamente equacionar os problemas de manejo de recursos nas regiões vizinhas às Reservas de Biosfera.

No universo da conservação da biodiversidade, outros conceitos e instrumentos foram desenvolvidos, que não estão diretamente relacionados à questão das áreas protegidas, mas que têm um papel nas políticas conservacionistas. Uma preocupação da IUCN tem sido a sobrevivência de espécies específicas de plantas e animais ameaçadas de extinção em todo o planeta. Internacionalmente, uma referência para ações de conservação são as listas (*red lists*) da IUCN de

¹⁰ Grifo meu

¹¹ Segundo Congresso Mundial sobre Reservas de Biosfera, Sevilha, 1995.

espécies categorizadas como “criticamente ameaçadas”, “ameaçadas” e “vulneráveis” para todos os países¹². A União publica a Lista Vermelha de Animais Ameaçados e a Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas. As listas e esses conceitos relativos a espécies servem muitas vezes como justificativas para a criação de unidades de conservação, ou para políticas de conservação *ex-situ*.

O tema “áreas protegidas”, ou unidades de conservação, como se usa no Brasil, faz parte do regime global de biodiversidade, sendo relacionado à própria gênese da Convenção. Vale lembrar que, embora a proposta original da CDB (“uma convenção sobre parques e reservas”) tenha sido alterada para incluir outras dimensões, tornando-se um acordo abrangente no âmbito do “desenvolvimento sustentável”, o seu ponto de partida foi o documento básico, resultado das versões preparadas pela IUCN. Tradicionalmente, a União Mundial tem desempenhado papel chave nas questões de conservação, atribuindo especial atenção para as áreas protegidas. Pode-se dizer também que antes do **regime global de biodiversidade**, já existia um **regime mundial sobre áreas protegidas**, o qual foi incorporado pelo primeiro, que é mais abrangente em escopo e muito mais complexo.

Barreto Filho (2001: pp.144-145) argumenta que dois conjuntos de iniciativas mantidas pela IUCN podem ser relacionados às articulações institucionais, sociológicas e ideológicas em torno das UCs como instrumentos de proteção da natureza globalmente. O primeiro está ligado ao esforço de sistematização de dados e experiências de conservação. Nesse sentido, a IUCN elaborou pela primeira vez e tem mantido atualizada a **listagem mundial dos parques nacionais e áreas protegidas**¹³.

Brown afirma que (2001: p. 6) as áreas protegidas, em diferentes formas, continuarão a ter um papel crucial na conservação da biodiversidade ao redor do mundo no futuro próximo. Porém, a experiência tem demonstrado que abordagens tradicionais, *top-down*, excludentes de áreas protegidas, conhecidas *fortress conservation*, ou *fences and fines*, frequentemente não são efetivas para se alcançar objetivos de conservação. Segundo a autora (2001: pp. 6-7)

(...) broadly speaking, the conservation-oriented literature traditionally viewed local community welfare and development as directly conflicting with the objectives and practice of biodiversity conservation. Indeed, development was often identified as a problem and a main

¹² Tais listas não cobrem espécies introduzidas, nem aquelas cujo status não é suficientemente conhecido, categorizadas como “dados insuficientes” (*data deficient-DD*). Elas também não cobrem aquelas consideradas extintas, e aquelas cujo status não foi avaliado, categorizadas pela IUCN como “sem avaliação” (*not evaluated - NE*). Uma outra categoria é a de “espécies raras”.

¹³ A primeira edição foi publicada em 1962, sendo que a partir de 1982 passou a ser conhecida como *United Nations List of National Parks and Protected Areas*. Ela foi preparada à pedido da Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução de dezembro de 1962, sobre “Desenvolvimento Econômico e Conservação da Natureza”, que endossou uma Resolução anterior (nº 713, da 27ª Sessão do ECOSOC, de 1959) e reconheceu os parques nacionais e reservas equivalentes como importante fator no uso racional (sábio) dos recursos naturais. Barreto Filho ressalta que, mais do que atender a uma demanda da ONU, a IUCN foi instrumental na preparação de ambas as Resoluções, o que ilustra a relação estreita entre as instituições.

causal agent of biodiversity loss. In the past two decades, however, there is evidence of a major paradigm shift in conservation thinking resulting in what some researcher have termed a “new conservation” (...)

Atualmente, tem se buscado integrar conservação *in situ* e desenvolvimento, o que impulsionou o surgimento de novas categorias de áreas protegidas e formas de zoneamento territorial, que combinam zonas de preservação permanente intocáveis com outras de uso sustentável e de uso mais intensivo, o que sinaliza parte das mudanças do “paradigma” do conservacionismo.

De acordo com a IUCN, a importância das áreas protegidas foi reconhecida pela Convenção, tanto que incentiva as partes a adotarem sistemas de áreas protegidas (Artigo 8). Ademais, é positivo o fato de os países em desenvolvimento terem conseguido incluir suas perspectivas nesse acordo, relacionando conservação e uso sustentável à proteção da biodiversidade. Isso torna a questão mais próxima da realidade desses países e conseqüentemente aumenta a probabilidade dessa estratégia ser implementada efetivamente. Obviamente, existem muitas críticas e questionamentos e tal estratégia isoladamente não é suficiente para proteger a biodiversidade, que é afetada por mudanças globais do clima, atmosfera, oceanos e águas doces. É importante salientar ainda que, se não houver mudanças nos padrões gerais de produção e consumo das sociedades e no modo de vida dos grandes centros urbanos, maiores consumidores dos recursos biológicos, não será possível conter a pressão destruidora da diversidade biológica no médio-longo prazo. No entanto, a conservação *in situ* é uma estratégia necessária para se manter a biodiversidade, tentando-se conter o impacto ambiental imediato das atividades humanas nos ecossistemas, e para promover relações sustentáveis entre populações locais e natureza, contribuindo para a manutenção dos seus modos de vida.

De acordo com Redford *et alii* (2003), abordagens sobre conservação da biodiversidade cresceram em número, escopo e complexidade. Os autores identificaram uma mostra de 21 abordagens que têm sido implementadas por treze organizações conservacionistas pelo mundo. Entre essas constam: *hotspots*, *ecoregions*, *landscape approach*, entre outras, baseadas em conceitos desenvolvidos por ONGs internacionais como *Conservation International* -CI, WWF, IUCN e *World Resource Institute* -WRI.

Conforme mencionado, a “mudança paradigmática” (Brown 2001, Lima 1999, entrevista Cláudio V. Pádua, Brasília, 09 de janeiro de 2003) na biologia da conservação foi fundamental e contribuiu para que a prática mudasse. Assim, incorporam-se fatores sócio econômicos e culturais à questão. Por outro lado, segundo alguns dos entrevistados (Ayres, 23 de julho de 2001, Bodmer 11 de novembro de 2002), foram as necessidades encontradas no local que impulsionaram a mudança, ou seja, a prática levou às mudanças teóricas. A própria idéia de “uso sustentável” surgiu nesse

contexto. De todo modo, a “nova” perspectiva resultante desse processo constitui-se num elemento balizador chave nas ações locais de conservação e uso sustentável da biodiversidade espalhadas por vários países.

Tentei identificar aqui alguns dos elementos balizadores do regime global, ou seja, as idéias normativas e causais (baseadas em conhecimento científico) sobre conservação e uso da biodiversidade e a tentativa de conciliá-los com o desenvolvimento sustentável. Essas se expressam como convenções jurídicas, ou simplesmente, como visões compartilhadas entre os atores. A busca da conservação com desenvolvimento, ou vice-versa tem orientado as práticas locais e influenciado as políticas ambientais no mundo todo.

3.2- Atores e interações

De acordo com Porter e Brown (1991: p. 35), Estados nacionais não são os únicos atores que desempenham papéis importantes na política ambiental global. Organizações Internacionais (OIs) ajudam a estabelecer a agenda ambiental global, iniciar e mediar o processo de formação de regimes, e cooperam com países em desenvolvimento em programas e projetos que afetam diretamente o meio ambiente. ONGs participam no estabelecimento de agendas, influenciam negociações na formação de regimes, e agem de forma a moldar as políticas ambientais de agências doadoras dirigidas a países em desenvolvimento. Corporações multinacionais, ou transnacionais, participam das barganhas na criação de regimes e realizam ações que afetam diretamente o meio ambiente global. Vale lembrar que ação das ONGs faz parte do próprio caráter da política ambiental global. Elliot (1998 p.129) ressalta que uma das características da política ambiental pós-Estocolmo tem sido o crescimento de ONGs ambientalistas e movimentos de base (*grassroots*), cujo foco passou das arenas e questões nacionais para as transnacionais.

Princen, Finger e Manno (1994: pp. 217-221) argumentam que as ONGs ocupam um nicho político específico, que não está no topo, nem nas bases, mas que faz as ligações entre os dois níveis. Elas desempenham papéis chave como negociadores independentes e como agentes de aprendizado social. A crise ecológica provê o espaço político, o nicho, em que ONGs desempenham seus papéis. Os autores defendem que a contribuição específica dessas organizações consiste em apontar as implicações políticas das tendências biofísicas¹⁴ nos níveis locais e globais e em desafiar as limitações do sistema estado-cêntrico.

Os atores, principalmente ONGs, grupos de cientistas, as agências governamentais, intergovernamentais e também indivíduos, dividem-se de acordo com as diferentes perspectivas sobre as ligações entre conservação e desenvolvimento. Se as mesmas forem colocadas num

¹⁴ Biofísicamente, a crise ambiental global pode ser caracterizada pelo esgotamento da capacidade de suporte dos ecossistemas planetários. Essa característica desafia a ciência tradicional (disciplinar e fragmentada) e a dependência do estado nessa ciência para resolver o que não é estritamente técnico, ou científico na questão

espectro de cores, num extremo estaria o verde-escuro, ou posições que não levam em consideração fatores socio-econômicos e culturais e no outro estaria o vermelho escuro, ou posições que consideram a natureza somente como algo socialmente construído, em que fatores e dinâmicas naturais não têm peso próprio. Como teve um caráter conciliatório, a CDB contemplou os dois lados da controvérsia, acabando por desagradar os dois extremos, mas reunindo uma gama ampla de interesses defendidos por diferentes grupos e tendências. Na minha perspectiva, os princípios da Convenção reúnem grupos de tendências, que variam do “verde-claro” (aqueles cuja origem é biológica e posteriormente as variáveis sociais foram incorporadas) ao “vermelho-verde” (cuja origem é social e o biológico e ecológico foram incorporados depois), ou seja, atualmente a maioria dos atores consideram fatores naturais e sociais, com diferenças de ênfase. Isso não significa ausência de conflitos entre os grupos, já que existem diferentes nuances e ênfases.

Barreto Filho (2001: p.141) aponta o papel das redes ambientalistas na incorporação das dimensões ecológica e ambiental às políticas de desenvolvimento¹⁵, considerando desenvolvimento e conservação da natureza como temas globais coligados.

“via de regra negligenciada nas análises contemporâneas sobre o tema, a configuração de redes em torno da conservação de recursos naturais antecedeu e contribuiu para consolidar os fundamentos institucionais da política ambiental global, influenciando o esverdeamento dos organismos multilaterais e agências internacionais” (Barreto Filho, 2001: p.141).

Entre as ONGs ambientalistas, órgãos governamentais e intergovernamentais, podem se formar ligações construídas por indivíduos que, além de compartilharem valores e objetivos, possuem crenças causais semelhantes, formando comunidades epistêmicas. Os biólogos têm atuado em questões de conservação e preservação da natureza, principalmente no estabelecimento de áreas protegidas ao redor do mundo. No entanto, foi a partir dos anos 1980 que um grande número se envolveu em questões de conservação e se popularizou a expressão biodiversidade. Nesse período, a preocupação com a destruição de habitats, florestas tropicais e extinções cresceu entre cientistas e a opinião pública em geral.

Western (2003: p. 14) comenta que a biologia da conservação tem desempenhado um papel chave na elaboração de convenções globais, políticas nacionais, e práticas de manejo. Sua importância é fundamental na definição da rede da biologia da conservação como uma comunidade epistêmica, já que não basta compartilhar os valores do conservacionismo, sendo necessário ainda possuir uma base comum de conhecimento científico (crenças causais). Por outro lado, não se trata de uma comunidade científica *strictu senso*, já que compartilham princípios do movimento

¹⁵ O argumento de Meyer, Frank, Hironaka, Schofer, Tuma (1997) corrobora e elabora essa visão, ao apontar que ONGs e grupos de cientistas como atores, que aproveitaram a existência de um espaço público internacional, representado pelo sistema das Nações Unidas para fazer avançar uma agenda ambiental num contexto de uma cultura racionalista científica.

conservacionista moderno e também empreendimentos políticos comuns, agindo principalmente por meio de ONGs ou de instituições acadêmicas.

Aplicando o conceito de Haas (1992), pode-se dizer que a comunidade epistêmica da biologia da conservação é formada de profissionais de várias disciplinas, embora a maioria seja de biólogos. No espectro verde-vermelho mencionado anteriormente estão entre o verde-claro e verde-vermelho. Esses compartilham:

(1) valor de uso e não-uso da biodiversidade, conservação e preservação das espécies e dos seus habitats, sendo que foram incorporados posteriormente valores relativos à justiça social/desenvolvimento sustentável, como provisão das necessidades, ou melhoria da qualidade de vida, das populações, que vivem no interior ou no entorno de áreas consideradas prioritárias para fins de conservação – correspondendo ao conjunto de crenças normativas e de princípios, que provê uma "*rationale*" de base valorativa para ação social dos membros da comunidade;

(2) ciência da biologia da conservação/ciência da conservação enfatiza a diversidade da vida e os processos evolutivos, baseia-se ainda na biogeografia (relação espécie/área), biologia de populações (taxa de reprodução, áreas fontes), taxonomia, ecologia, economia ambiental, conhecimentos de antropologia – o que corresponde às suas crenças causais, isto é, aceitação das mesmas relações causais para questões, gerando ou contribuindo para que identifiquem um conjunto central de problemas (por exemplo, extinção de espécies causada pela destruição de habitats), que servem, então, como base para elucidação de múltiplos laços entre ações políticas possíveis (ex: áreas protegidas, participação das populações locais na conservação da biodiversidade) e resultados desejáveis (conter a extinção de determinadas espécies, proteger a diversidade biológica);

(3) por serem na sua maioria parte da mesma comunidade científica (biólogos), compartilham noções de validação, principalmente considerando que parte de suas ações políticas são tomadas com base em pesquisas de campo;

(4) da preocupação com extinção de espécies e com a perda da biodiversidade (biodiversidade como diversidade de espécies e ecossistemas) demandam e agem, por exemplo, pela criação de áreas protegidas, áreas de amortecimento, zoneamentos e corredores ecológicos, proibição de caça de determinadas espécies, estabelecimento de períodos de defeso na pesca, proibição do comércio internacional de espécies ameaçadas. Isso corresponde ao que Haas (1992) denomina de um empreendimento político (*policy*) comum, isto é, um conjunto de práticas comuns associadas com um conjunto de problemas para os quais sua competência profissional é dirigida.

3.3 - Dinâmicas de trocas de recursos e conhecimento. Conexões global-local

O fluxo de recursos financeiros e técnicos e de conhecimento para países em desenvolvimento é outro aspecto do regime global. A dinâmica dos recursos para biodiversidade deve ser compreendida numa perspectiva que vai além da CDB. Esse fluxo depende da região do planeta e do grau de atenção que ela consegue obter da opinião pública e países doadores do Norte. Por sua vez, isso é influenciado grandemente pela atuação de redes transnacionais, em particular comunidades epistêmicas. Seus membros são pesquisadores/cientistas ligados a instituições acadêmicas e/ou ONGs, que se mobilizam para dar publicidade a suas pesquisas, conscientizar a opinião pública por meio de ONGs e OIs e influenciar a formação de agendas políticas e política públicas, o que, por sua vez, influencia a direção dos recursos de cooperação.

Quanto ao fluxo de recursos técnicos e financeiros e a atuação das agências de cooperação bilaterais e multilaterais, deve-se observar ainda que a questão da formação da agenda é complexa, pois devido à atuação de redes transnacionais, não se pode dizer que são os países do Norte que impõem uma agenda aos países do Sul. No entanto, é necessário identificar qual a coalizão “vencedora”, ou seja que comunidades epistêmicas, redes de ativistas, grupos de interesses, etc penetraram as ONGs internacionais e agências de cooperação e quais os temas, abordagens e ordem de prioridades que se estabeleceram¹⁶.

Observar a direção do fluxo de recursos financeiros e técnicos e da produção do conhecimento contribui para se identificar macro tendências quanto às iniciativas locais, que vão receber apoios inter e transnacionais. Segundo Pádua (entrevista pessoal, Brasília, 09 de janeiro de 2003), um fator propulsor na circulação das idéias sobre conservação (elementos balizadores) e na sua implementação tem sido a incorporação dessa idéias pelas grandes ONGs conservacionistas internacionais, como WWF, CI, *Wildlife Conservation Society* - WCS, *The Nature Conservancy* - TNC. Isso influencia a direção dos fluxos de recursos, seja quando as ONGs canalizam os fundos próprios, seja por meio de sua influência junto a organismos internacionais como Banco Mundial e outros, o que por sua vez, influencia a adesão de outras ONGs menores e de órgãos ambientais nos países, criando certas “modas”. Por exemplo, o Banco Mundial criou um programa baseado em “hotspots”, um conceito desenvolvido pela CI; a USAID tem trabalhado há muito tempo com

¹⁶ Outro problema apontado por Western (2003 p. 15) se refere ao continente africano, porém podendo ocorrer na América Latina e na Ásia também. O autor afirma que o estado deplorável da formação universitária naquele continente reflete-se em instituições governamentais e serviços falidos e a falta de alternativas do setor privado. De acordo com o autor, numa virada irônica, as organizações internacionais de conservação, que antes ofereciam alternativas de formação para conservacionistas nativos, têm crescido atualmente por meio de grandes recursos financeiros (*large bilateral and multilateral donor agency money*) de agências bilaterais e multilaterais. Assim, frequentemente escolhem fazer conservação por elas mesmas, ao invés de treinar estudantes e instituições africanas para fazer o trabalho, sendo que o estímulo intelectual e recursos para a nova geração de cientistas conservacionistas da África estão desaparecendo.

“ecorregiões”, perspectiva desenvolvida pelo WWF¹⁷. Nesse sentido, de acordo com Pádua (Cláudio V. Pádua, entrevista pessoal, Brasília, 09 de janeiro de 2003), quem muda realmente os “paradigmas de conservação” são as grandes ONGs internacionais (“multinacionais do verde”) ao incorporar os novos conhecimentos e idéias que se desenvolvem em instituições acadêmicas, centros de pesquisa e entre as comunidades epistêmicas.

Outra dinâmica que se estabelece no âmbito do regime global é relativa aos fluxos de conhecimento sobre biodiversidade. Esses ocorrem do local para o global e vice-versa. Nesse sentido, além de proteger a biodiversidade, os países do norte, as ONGs, os cientistas e o setor privado pretendem ter acesso ao conhecimento científico sobre a mesma. Ao apoiar iniciativas no Sul, esses atores estão interessados também no aproveitamento dos recursos biológicos para a “indústria da vida”. Assim, deve-se observar também as direções do fluxo de conhecimentos. Pode-se considerar o acesso ao conhecimento sobre a biodiversidade como uma contrapartida obtida pelas ONGs internacionais e agências de cooperação dos países do Norte por oferecer recursos para iniciativas em países em desenvolvimento, ou seja, não se trata apenas de contribuições desinteressadas, mas de recursos que fluem em ambas direções, global e local.

3.4- Iniciativas locais e regime global

Da interação dos atores em torno dos elementos balizadores, podem surgir iniciativas locais de conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. A perspectiva de um regime global permite capturar essas iniciativas, desenvolvidas por diversos atores conectados por redes transnacionais e apoiados por recursos de ONGs internacionais e agências de cooperação bilaterais ou multilaterais. Projetos de conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, que acontecem no nível local, usando recursos nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, muitas vezes não podem ser considerados uma resposta direta do Estado nacional à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). No entanto, estão em sintonia com os objetivos e princípios da CDB, podendo ser enquadrados no âmbito do regime global de biodiversidade. São resultantes das interações que se estabelecem no âmbito do regime.

Embora a abordagem das comunidades epistêmicas (Haas, 1992) não seja suficiente para explicar experiências locais de conservação e uso da biodiversidade, ela representa o elo com o regime global, porque pode ser relacionada com o fluxo de recursos financeiros e de conhecimento do global para o local, contribuindo, ainda, para que haja sintonia com os princípios, objetivos e conceitos relativos à biodiversidade, consagrados globalmente pela CDB. Ao final deste trabalho, apresento um diagrama que busca retratar o regime global de biodiversidade (Figura 1).

¹⁷ Essa discussão foi aprofundada no Capítulo 3. A perspectiva de Pádua corrobora a existência de um regime global que vai além da CDB.

4- O Projeto Mamirauá e o Regime Global de Biodiversidade

O projeto Mamirauá foi desenvolvido pela ONG Sociedade Civil Mamirauá (SCM) no estado do Amazonas, a cerca de 500 km a oeste de Manaus. Esse projeto resultou na criação da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDSM) no Brasil. Trata-se de uma unidade de conservação habitada por populações humanas, cujo plano de manejo apresenta o objetivo de proteger a biodiversidade e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida dessas populações. Assim, foi uma iniciativa valiosa considerando que essa idéia não era aceita no contexto da política ambiental brasileira.

Mamirauá evoca hoje várias realidades institucionais: a RDSM, a SCM, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM (uma Organização Social - O.S.), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), e o próprio projeto Mamirauá. Esse projeto viabilizou até junho de 2002 as atividades para implantação da RDSM, sendo enquadrado no âmbito da cooperação técnica internacional, Programa de Cooperação Bilateral Brasil-Reino Unido. Além do DFID, agência de cooperação do governo britânico e do CNPq, as ONGs internacionais WCS, WWF-UK, CI (*Conservation International*) e outras organizações apoiaram o projeto na Fase I de criação da reserva e elaboração do Plano de Manejo. Na Fase II, “Implementação do Plano”, DFID, União Européia (UE) e WCS continuaram o apoio. Porém, WWF-UK e CI deixaram de apoiar. Além disso, recursos do PP-G7 também contribuíram. A partir de junho de 2002, o projeto Mamirauá deixou de existir como uma iniciativa de cooperação técnica bilateral. Entretanto, o IDSM continua as atividades de implementação do Plano de Manejo, com apoio de órgãos governamentais como MCT e recursos internacionais provenientes da WCS, UE, PP-G7 entre outros. As atividades de pesquisa e extensão do Instituto visam a conservação e o uso sustentável da biodiversidade da várzea e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, por meio de um sistema participativo.

Diversos fatores tornam Mamirauá um caso interessante. Um deles é o caráter pioneiro da proposta de conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável numa área protegida, de onde a população não foi removida. Pode-se considerá-lo um projeto integrado do tipo ICDP (*Integrated Conservation and Development Project*), o que implica ainda abordagens participativas (conservação baseada na comunidade – *CBC/Community-based Wildlife Management*). Outro fator é a complexidade, que resulta do número de atores envolvidos e dos próprios objetivos estabelecidos: conservar a diversidade biológica e promover a melhoria da qualidade de vida. Trata-se de uma experiência implementada localmente, mas que mobiliza indivíduos e instituições do nível local ao global. Assim, dois aspectos inovadores devem ser

ressaltados: (i) a combinação de objetivos de pesquisa, conservação de biodiversidade e desenvolvimento sustentável; (ii) os complexos arranjos institucionais, sociais, políticos, legais e financeiros para apoiar tais objetivos.

O projeto foi implementado a partir do conhecimento científico da biodiversidade (biologia da conservação, princípios ecológicos) local, uma perspectiva antropológica sobre a população da área e também com base em valores como conservação, sustentabilidade e participação. A ação de membros da comunidade epistêmica da biologia da conservação, muitos com origem na primatologia, pode ser considerada um fator crucial. A presença de um indivíduo carismático, como o biólogo Márcio Ayres¹⁸, também foi determinante, dado o seu empreendedorismo, criatividade e dedicação a uma causa. Isso evidencia que, no contexto da globalização, indivíduos podem fazer diferença e se tornam atores relevantes em processos políticos globais. Ressalto, ainda, que não é apenas o indivíduo que fez a diferença, mas o fato de o mesmo ser/estar conectado à comunidade epistêmica da biologia da conservação e a uma rede mais ampla conservacionista, que atuam em ONGs nacionais e internacionais, instituições acadêmicas e outros órgãos. Desse modo, a rede de relações pessoais e profissionais de Ayres foi fundamental para o sucesso do seu empreendimento. No âmbito dessa rede, devo ainda destacar a presença da antropóloga Déborah Lima que configurou a dimensão social do projeto, sendo que o trabalho de extensão iniciado por ela tem sido imprescindível para o envolvimento da população local, sem o qual a experiência de Mamirauá estaria incompleta..

O projeto Mamirauá teve aspectos inovadores, mas também semelhanças com outras iniciativas ao redor do mundo, buscando conciliar conservação e desenvolvimento. Essas semelhanças podem ser relacionadas à existência de uma comunidade epistêmica de biólogos da conservação, inseridos em ONGs internacionais e nacionais, em órgãos governamentais e em agências de cooperação bilateral e multilateral. Essa rede é formada por grupos de indivíduos que, além de influenciarem processos globais, implementam projetos locais. Peter Haas (1992) relaciona comunidades epistêmicas e regimes internacionais. O caso Mamirauá leva a estender essa abordagem e relacionar redes transnacionais de conservacionistas e ações locais para promover a conservação da biodiversidade e os seus usos sustentáveis, perpassando os níveis políticos internacional, nacional e regional (estadual e municipal). Embora a perspectiva de P. Haas (1992) se aplique ao estudo da formação de regimes internacionais, penso que seja possível relacionar a existência de uma comunidade epistêmica a outros fenômenos políticos (*policy phenomena*), ou seja, estender os seus “efeitos” para outros níveis de análise. O projeto foi iniciado por um grupo

¹⁸ Várias pessoas entrevistadas e respondentes do questionário que enviei consideram Ayres visionário e corajoso, e apontam que ele teve papel singular (Suzana Pádua, IPE), que a sua figura foi fundamental, se não crítica (Sandra Charity, WWF), ou que *Mamirauá is a visionary program, and a tribute to the intellect, compassion, and drive of José Márcio Ayres* (Mary Pearl, Wildlife Trust). Márcio Ayres faleceu em março de 2003, mas a RDSM e o IDSM permanecem dando seguimento aos seus objetivos de conservação da biodiversidade.

de pesquisadores e viabilizou-se, em parte, porque havia uma comunidade epistêmica que contribuiu para atrair recursos e reconhecimento internacionais. Além disso, por meio do mesmo, pode-se perceber a influência das idéias compartilhadas pela rede de especialistas na mudança da legislação nacional (SNUC), ao incorporar a RDS como uma das categorias de unidades de conservação (UC), e nas políticas públicas na área de biodiversidade, especificamente no estabelecimento de um novo modelo de conservação.

Do ponto de vista global, Mamirauá não é uma iniciativa local isolada, mas representa uma tendência transnacional e internacional, no que diz respeito à integração dos objetivos de conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Existem espalhadas pelo mundo diversas experiências semelhantes, que evidenciam transferência de recursos do nível global para o local e também a existência de uma rede transnacional de biólogos conservacionistas, que incorporaram questões sócio-econômicas ao objetivo de proteger a diversidade biológica. Essa rede, ou mais precisamente comunidade epistêmica, faz a ponte/elo entre desenvolvimentos conceituais globais e realidades locais, bem como contribui para que o fluxo de recursos de cooperação e de conhecimento se direcione para determinados locais, representando o caráter dinâmico do regime global de biodiversidade. Assim, experiências locais que integram conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável implementadas em vários países e a existência de uma rede transnacional conservacionista podem estar interrelacionadas. Ambas fazem parte do regime global de biodiversidade, sendo que o caso Mamirauá pode ser enquadrado no contexto desse regime. Desse modo, o conceito de regime global serve como uma “lente” que possibilita uma visão integrada sobre a questão da biodiversidade, buscando reunir as dimensões global e local.

Bibliografia

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

ALENCAR, Gisela S. **Mudança Ambiental Global e Formação do Regime para Proteção da Biodiversidade**. Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, 1995.

AYRES, José Márcio. **As Várzeas do Mamirauá**. MCT-CNPq, Sociedade Civil Mamirauá, 1995.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

BLAIKIE, Piers; JEANRENAUD, Sally. Biodiversity and Human Welfare, in GHIMIRE, Krishna B.; PIMBERT, Michel P. **Social Change and Conservation. Environmental Politics and Impacts of National Parks and Protected Areas**. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development - UNRISD, London: Earthscan, pp. 46-70, 1997

BROWN, Katrina. Innovations for conservation and development. **The Geographical Journal**. v. 168, n. 1, pp. 6-17, March 2002.

ELLIOTT, Lorraine. **The Global Politics of the Environment**. New York: New York University Press., 1998.

- FREESE, Curtis H. The 'Use or Lose It' Debate. Issues of a Conservation Paradox, in FREESE, Curtis H. (ed). **Harvesting Wild Species. Implications for Biodiversity Conservation.** Baltimore and London: The John Hopkins University Press, pp. 1-48, 1997.
- GOLDSTEIN, Judith & KEOHANE, Robert O. Ideas and foreign policy: An analytical framework. In GOLDSTEIN, Judith & KEOHANE, Robert O.(eds). **Ideas and foreign policy. Beliefs, institutions and political change.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.
- HAAS, Ernst. **When Knowledge is Power. Three Models of Change in International Organizations.** Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1990.
- HAAS, Ernst. Words can hurt you: or, who said what to whom about regimes, in KRASNER, Stephen (ed). **International Regimes.** Ithaca e London: Cornell University Press, pp. 23-59, 1993.
- HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization.** v. 46, n. 1, pp 1-35, 1992.
- HELD, David; MCGREW, Anthony; *et alii.* **Global Transformations. Politics, Economics and Culture.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics.** Ithaca and London: Cornell University Press, 1988.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence.** Second Edition, Harper Collins Publishers, 1989.
- KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization.** v. 36, n. 2, pp. 1-21, 1982.
- LIMA, Déborah de Magalhães. Equity, Sustainable Development, and Biodiversity Preservation: Some Questions about Ecological Partnership in Brazilian Amazon, in PADOCH, Christine; AYRES, J. Márcio; PINEDO-VASQUEZ, Miguel; HENDERSON, Andrew (ed). **Várzea. Diversity, Development, and Conservation of Amazonia's Whitewater Floodplains.** Advances in Economic Botany. Volume 13, New York: The New York Botanical Garden Press, pp. 247-263, 1999.
- MEYER, John W.; FRANK, David J.; HIRONAKA, Ann; SCHOFER, Evan; TUMA, Nancy Brandon. The Structuring of a World Environmental Regime, 1870-1990, in **International Organization** 51, pp. 623-651., Autumn 1997.
- MILLER, Kenton R. Evolução do Conceito de Áreas de Proteção - Oportunidade para o Século XXI. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Curitiba: IAP, UNILIVRE, v. I, pp. 3-21, 1997.
- PIMBERT, Michel. Issues emerging in implementing the Convention on Biological Diversity. **Journal of International Development.** v. 9, n. 3, pp. 415-425, 1997.
Porter e Brown, 1991
- PORTER, Gareth; BROWN, Janet Welsh. **Global Environmental Politics. Dilemmas in World Politics.** Boulder (CO), USA e Oxford, UK: Westview Press, 1991.
- PRESTRE, Philippe. **The Convention on Biological Diversity: Negotiating the Turn to Effective Implementation,** in www.isuma.net, Fall 2002.
- PRINCEN, Thomas; FINGER, Mathias; MANNO, Jack P. Transnational linkages, em PRINCEN, Thomas; FINGER, Mathias. **Environmental NGOs in World Politics.** Linking the local and the global. London and New York: Routledge, pp. 217-236, 1994.
- PUCHALA, Donald J.; HOPKINS, Raymond F. International regimes lessons from inductive analysis, in Krasner, Stephen (ed). **International Regimes.** Ithaca e London: Cornell University Press, pp. 61-91, 1993.
- REDFORD, Kent H.; RICHTER, Brian. Conservation of biodiversity in a world of use, in **Endangered Species Update.** v. 18, n. 1, Ann Arbor, University of Michigan, editorial (artigo recebido via ProQuest), 2001.

REDFORD, K.H.; COPPOLILLO, P.; SANDERSON, E.W.; FONSECA, G.A.B. da; DINERSTEIN, E.; GROVES, C.; MACE, G.; MAGINNIS, S.; MITTERMEIER, R.A.; NOSS, R.; OLSON, D.; ROBINSON, J.G.; VEDDER, A.; WRIGHT, M. Mapping the conservation landscape. *Conservation Biology*. v. 17, n. 1, pp.116-131, 2003.

SWANSON, Timothy. **Global Action for Biodiversity**. An International Framework for Implementing the Convention on Biological Diversity. London: Earthscan Publications Ltda, Gland: IUCN, 1997.

Western, D. Conservation science in Africa and the role of international collaboration. *Conservation Biology*. v. 17, n. 1, pp. 11-19, 2003.

YOUNG, Oran. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes, in KRASNER, Stephen (ed). **International Regimes**. Ithaca e London: Cornell University Press, pp. 23-59, 1993.

YOUNG, Oran. A eficácia das instituições internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas, in ROSENAU, James; CZIEMBEL, Ernst-Otto (ed). **Governança sem Governo**. Brasília: Ed UnB, pp. 219-261, 2000.

Regime Global de Biodiversidade: (Figura 1)

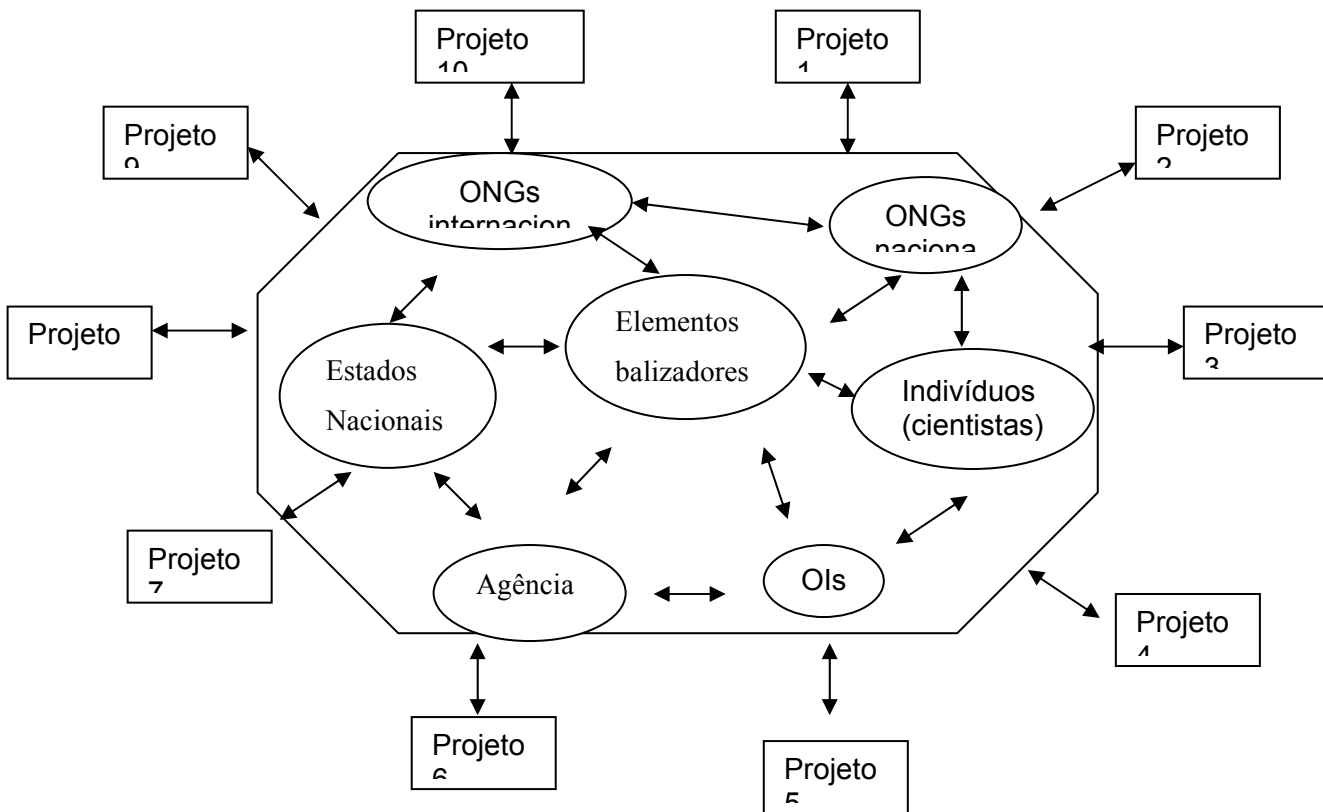


Fig1. Os atores interagem em torno dos elementos balizadores (conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável por meio de abordagens participativas). As redes transnacionais ligam os atores e por meio delas fluem idéias e recursos para o nível local, resultando em projetos/iniciativas como Mamirauá. Esses projetos/iniciativas estão em sintonia com os princípios e objetivos do regime global. Por sua vez, eles possuem valor demonstrativo e podem influenciar o nível global, reforçando ou contribuindo para mudanças.